

STJ00097593



JOEL DE MENEZES NIEBUHR

LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO ADMINISTRATIVO

3ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte



2013



© Joel de Menezes Niebuhr
2008 1ª edição Zênite
© 2011 2ª edição Editora Fórum Ltda.
2013 3ª edição Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virgínia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinora Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Cabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Revisão: Marcelo Belico

Biblioteca: Izabel Antonina A. Miranda – CRB 2904 – 6ª Região
Indexação: Fernanda de Paula Moreira – CRB 2629 – 6ª Região
Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

N6651 Niebuhr, Joel de Menezes

Licitação pública e contrato administrativo / Joel de Menezes Niebuhr. – 3. ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2013. (Coleção Fórum Menezes Niebuhr).

1062 p.
ISBN 978-85-7700-791-2

1. Licitação pública. 2. Contrato administrativo. 3. Direito administrativo.
I. Título.

CDD: 341.3527
CDU: 351

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 1062 p. ISBN 978-85-7700-791-2. (Coleção Fórum Menezes Niebuhr).

SUMÁRIO

PARTE I
LICITAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO 1	
PERFIL JURÍDICO DA LICITAÇÃO PÚBLICA	31
DOCTRINA	
1	Conceito de licitação pública.....31
2	A licitação pública como instrumento de política pública e o desenvolvimento nacional sustentável.....35
3	Licitações e a pauta ambiental.....42
4	Entidades obrigadas a realizar licitação pública48
5	Princípios jurídicos da licitação pública53
5.1	Princípio da isonomia.....54
5.2	Princípio da eficiência.....55
5.3	Princípio da legalidade.....56
5.4	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório56
5.5	Princípio da moralidade.....57
5.6	Princípio da publicidade.....57
5.7	Princípio da competitividade.....57
5.8	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....58
5.9	Princípio do julgamento objetivo.....60
6	Legislação sobre licitação pública e contrato administrativo61
JURISPRUDÊNCIA	
1	Licitações sustentáveis.....65
2	Obrigatoriedade de licitação pública para as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....66
3	Não obrigatoriedade de licitação pública para as empresas públicas e sociedades de economia mista em relação às atividades fim de natureza eminentemente econômica66
4	A obrigação da Petrobras de obediência à Lei nº 8.666/9368
5	Obrigatoriedade de licitação pública para as agências reguladoras70
6	Obrigatoriedade de licitação pública para as organizações sociais.....70
7	Obrigatoriedade de licitação pública para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....73
8	A obrigatoriedade de licitação pública para particulares que gerem recursos públicos por meio de convênio74
9	A obrigatoriedade de licitação pública para os conselhos profissionais.....75
10	A posição peculiar da Ordem dos Advogados do Brasil.....75
11	Obrigatoriedade de licitação para o Sistema "S"76
12	Norma geral77
13	Competência de Estados e Municípios para legislar sobre licitação pública e contrato administrativo.....79
14	Estados e municípios não agregam competência para criar hipóteses de dispensa de licitação80
15	Princípio da isonomia.....81
16	Princípio da isonomia e participação de cooperativas em licitação pública82

17	Princípio da eficiência.....	83
18	Princípio da legalidade.....	85
19	Princípio da moralidade.....	85
20	Princípio da publicidade.....	87
21	Princípio da competitividade.....	89
22	Princípio da razoabilidade.....	91
23	Princípio da proporcionalidade.....	93
24	Princípio do julgamento objetivo.....	95
25	Princípio da impessoalidade.....	95

CAPÍTULO 2

CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO PÚBLICA.....	97
--	----

DOCTRINA

1	Considerações gerais.....	97
2	Inexigibilidade de licitação pública.....	98
2.1	Exclusividade do fornecedor.....	99
2.2	Serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular.....	103
2.3	Inexigibilidade para contratação de serviços jurídicos.....	106
2.4	Inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos.....	112
2.5	Inexigibilidade em decorrência de credenciamento.....	113
3	Dispensa de licitação pública.....	115
3.1	Licitação dispensada.....	118
3.1.1	Licitação dispensada para a disposição de bens imóveis.....	118
3.1.2	Licitação dispensada para a alienação de bens móveis.....	124
3.2	Licitação dispensável.....	126
3.2.1	Dispensa em razão do valor do contrato.....	126
3.2.2	Dispensa em razão de situações contingenciais.....	127
3.2.2.1	Dispensa em razão de emergência ou calamidade pública.....	127
3.2.2.2	Dispensa provocada por guerra ou grave perturbação da ordem.....	131
3.2.2.3	Dispensa em razão de incorreções do mercado.....	132
3.2.2.4	Dispensa para compra emergencial de gêneros perecíveis.....	132
3.2.2.5	Dispensa para abastecimento de meios de deslocamento militar fora de sua sede.....	133
3.2.2.6	Dispensa para atender contingentes militares empregadas em operação de paz.....	134
3.2.3	Dispensa em razão de licitação fracassada ou de rescisão contratual.....	134
3.2.3.1	Licitação deserta ou fracassada.....	134
3.2.3.2	Dispensa em razão de preços manifestamente superiores aos praticados no mercado.....	136
3.2.3.3	Dispensa em razão da rescisão contratual.....	137
3.2.4	Dispensa em relação a contratos interadministrativos.....	138
3.2.5	Dispensa em razão do objeto.....	139
3.2.5.1	Segurança nacional.....	140
3.2.5.2	Compra e locação de imóvel.....	140
3.2.5.3	Aquisição ou restauração de obras de arte e de objetos históricos.....	142
3.2.5.4	Aquisição de componentes ou peças vinculadas à garantia técnica.....	142
3.2.5.5	Aquisição de bens padronizados pelas Forças Armadas.....	144
3.2.5.6	Aquisição de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.....	144
3.2.5.7	Aquisição de energia elétrica e gás natural.....	145
3.2.5.8	Dispensa para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.....	145
3.2.5.9	Contratos de programa.....	146

3.2.5.10	Bens e serviços que envolvam alta tecnologia e defesa nacional	147
3.2.5.11	Dispensa para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural	148
3.2.5.12	Dispensa para contratação de projeto de inovação e pesquisa científica e tecnológica.....	149
3.2.6	Dispensa em razão de atributos pessoais do contratado	150
3.2.6.1	Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional	150
3.2.6.2	Associações de portadores de deficiência física	152
3.2.6.3	Organizações sociais.....	152
3.2.6.4	Associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.....	154
3.2.7	Dispensa em razão de acordo internacional	154

JURISPRUDÊNCIA

1	Contratação direta é exceção	156
2	Caracterização simultânea de dispensa e de inexigibilidade	157
3	Inexigibilidade de licitação em patrocínio de atleta	157
4	As hipóteses de inexigibilidade são exemplificativas.....	157
5	A aplicação do inciso I do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 para a contratação de serviços exclusivos	158
6	Caracterização da exclusividade do fornecedor.....	158
7	Comprovação da exclusividade do fornecedor	159
8	Serviço singular	161
9	Notória especialização.....	164
10	Contratação de artista consagrado através de empresário exclusivo.....	166
11	Creenciamento	168
12	Dispensa de licitação pública para a dação em pagamento.....	170
13	Dispensa de licitação para doação.....	171
14	Dispensa de licitação pública para permuta	172
15	Dispensa de licitação pública para a investidura	173
16	Dispensa de licitação pública para a venda de imóveis:	173
17	Dispensa de licitação pública para a concessão de direito real de uso	173
18	Dispensa de licitação pública para a venda de ações e títulos	174
19	Dispensa de licitação pública para bens produzidos e comercializados por órgãos da Administração Pública	175
20	Dispensa de licitação pública em razão do valor do contrato	175
21	A dispensa por emergência e a desídia dos agentes administrativos	177
22	Prorrogação dos contratos firmados com base na dispensa de licitação pública prevista no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93.....	179
23	O projeto básico é condição para a contratação do inciso IV do art. 24	181
24	Aplicação da dispensa de licitação pública prevista no inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/93 para as licitações desertas e fracassadas	182
25	Necessidade de repetição da licitação pública quando deserta ou fracassada antes de proceder à dispensa prevista no inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93.....	183
26	Dispensa em razão da rescisão do contrato	184
27	Dispensa de licitação pública para a compra ou locação de imóvel.....	185
28	Justificativa do preço da compra ou aluguel do imóvel.....	187
29	Dispensa de licitação pública para a contratação de entidades sem fins lucrativos	187
30	A dispensa prevista no inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 é restrita ao ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional.....	189
31	Desenvolvimento institucional	190
32	A proibição de subcontratação diante da dispensa do inciso XIII do art. 24.....	191
33	Documentos de habilitação em contratação direta	191
34	Justificativa de preço nas hipóteses de contratação direta	192

CAPÍTULO 3	
MODALIDADES DE LICITAÇÃO PÚBLICA	195
DOCTRINA	
1	Panorama geral das modalidades de licitação.....195
2	Aspectos controvertidos sobre o cabimento da modalidade pregão.....198
2.1	Bem e serviço comum.....198
2.2	A discricionariedade para a adoção do pregão.....205
2.3	Preferência ao pregão eletrônico em detrimento do pregão presencial.....208
2.4	Pregão para obras e serviços de engenharia213
3	Aspectos controvertidos da modalidade convite.....218
3.1	Inconstitucionalidade da modalidade convite.....218
3.2	Condições para a participação no convite.....221
3.3	Obrigatoriedade da renovação dos convidados.....221
3.4	Número mínimo de licitantes na modalidade convite222
4	Parcelamento da licitação.....225
4.1	Parcelamento da licitação como meio para ampliar a competitividade225
4.2	Parcelamento indevido da modalidade de licitação226
4.3	Parcelas de natureza específica232
4.4	Situações imprevisíveis233
4.5	Não é necessário somar os valores pertinentes às licitações promovidas por órgãos ou entidades distintas.....234
4.6	A modalidade pregão como solução para os problemas provocados pelo parcelamento indevido da licitação.....235
5	Situações em que o valor obtido na licitação é superior ao valor limite da modalidade235
JURISPRUDÊNCIA	
1	Bem e serviço comum.....237
2	A utilização do pregão para a contratação de obra e serviço de engenharia 238
3	Discricionariedade da utilização da modalidade pregão.....244
4	Obrigatoriedade da utilização da modalidade pregão.....244
5	O tipo maior oferta em pregão.....245
6	Maior desconto sobre determinada tabela como critério de julgamento na modalidade pregão.....245
7	Empresas não cadastradas podem participar do convite.....246
8	Empresas não convidadas podem participar do convite246
9	A habilitação na modalidade convite.....247
10	Obrigatoriedade de três licitantes na modalidade convite247
11	Fracionamento indevido do objeto da licitação249
12	Licitação de obras e equipamentos.....250
13	Desnecessidade de somar valores de contratos firmados por órgãos e entidades desconcentrados ou descentralizados.....251
14	Prorrogação de contrato de prestação de serviços contínuos e os limites às modalidades de licitação.....252
CAPÍTULO 4	
INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E FASE INTERNA DA LICITAÇÃO PÚBLICA.....	253
DOCTRINA	
1	Considerações gerais253
2	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório253
3	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório e excesso de formalismo254

4	Elaboração do instrumento convocatório: fase interna da licitação	258
4.1	A importância da elaboração do instrumento convocatório.....	258
4.2	Requisição e termo de referência	259
4.3	Abertura do processo de licitação e justificativa da autoridade competente sobre a necessidade da contratação.....	262
4.4	Descrição do objeto	262
4.4.1	Exigência de marcas.....	264
4.4.2	Previsão de quantitativos	265
4.5	Projeto básico	266
4.6	Projeto executivo	268
4.7	Regime de execução.....	269
4.8	Orçamento estimado.....	272
4.8.1	Procedimento para realizar o orçamento estimado	273
4.8.2	Procedimento para realizar o orçamento estimado em obra e serviço de engenharia.....	274
4.8.3	Orçamento estimado como anexo obrigatório ao edital.....	276
4.9	Previsão de recursos orçamentários	279
4.10	Cumprimento dos incisos I e II do <i>caput</i> do art. 16 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	279
4.11	Cláusulas do instrumento convocatório	281
4.11.1	Definição dos requisitos de habilitação	281
4.11.2	Definição dos critérios de aceitabilidade das propostas	282
4.11.2.1	A confusão em relação ao preço estimado e ao preço máximo	284
4.11.3	Critérios de julgamento das propostas	285
4.11.4	Recursos.....	286
4.11.5	Sanções para o caso de inadimplemento	286
4.11.6	Condições contratuais	286
4.11.7	Acesso ao instrumento convocatório e seus anexos.....	287
4.11.8	Definição do prazo de validade das propostas.....	288
4.12	Minuta do futuro contrato	288
4.13	Aprovação jurídica.....	289
4.14	Assinatura do instrumento convocatório	293
5	O planejamento das licitações públicas de obras promovidas pelo Poder Judiciário, em conformidade com a Resolução nº 114/10, do Conselho Nacional de Justiça.....	293
6	Tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte.....	296
6.1	Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte.....	298
6.2	Licitação com cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte	300
7	Margem de preferência para produtos nacionais.....	301
7.1	O uso da licitação pública para a promoção do desenvolvimento nacional	301
7.2	Discrecionariedade para a aplicação da margem de preferência	302
7.3	A definição da margem de preferência	303
7.4	Critérios para a definição da margem de preferência.....	304
7.5	Medidas de compensação	306
8	Publicidade do edital	307
8.1	Veículos de divulgação.....	307
8.2	Prazo de publicidade dos avisos de editais.....	310
9	Alterações no edital.....	311
10	Impugnação ao instrumento convocatório.....	312
10.1	Considerações gerais	312

10.2	Contestação judicial do instrumento convocatório por licitante ou interessado que não o impugnou a tempo	313
10.3	Impugnação de edital na modalidade pregão	315
11	Competências e responsabilidades dos agentes administrativos	316
11.1	Síntese comparativa entre a sistemática da Lei nº 8.666/93 e a da Lei nº 10.520/02 no que tange aos agentes administrativos participantes de licitação pública.....	316
11.2	As atribuições da autoridade competente	317
11.3	As atribuições da comissão de licitação e do pregoeiro	318
11.4	As atribuições da equipe de apoio.....	321
11.5	Responsabilidade da equipe de apoio	322

JURISPRUDÊNCIA

1	Princípio da vinculação ao edital.....	323
2	Excesso de formalismo	323
3	Erro no preenchimento da planilha de preços pelo licitante	330
4	Termo de Referência	330
5	Especificação do objeto da licitação pública.....	331
6	Exigência de marca	332
7	Definição dos quantitativos	333
8	Projeto básico	334
9	Anotação de Responsabilidade Técnica em relação ao projeto básico e ao orçamento estimado.....	334
10	Projeto básico é obrigatório para serviços e obras de pequena monta.....	335
11	O projeto básico é condição para a contratação do inciso IV do artigo 24.....	336
12	Termo de Referência substitui o projeto básico em licitação realizada sob a modalidade pregão.....	337
13	Projeto executivo	337
14	Empreitada por preço global e unitário.....	339
15	Empreitada integral	342
16	Obrigatoriedade do orçamento estimado.....	343
17	Elaboração do orçamento estimado	344
18	Preço máximo	346
19	SINAPI e SICRO.....	347
20	Distinção entre preço estimado e preço máximo.....	348
21	Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas	348
22	Aprovação do edital pela assessoria jurídica	350
23	O caráter vinculante do parecer jurídico	351
24	Responsabilidade do advogado pelo parecer jurídico – Responsabilidade da autoridade que decide com base no parecer jurídico	352
25	Responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação	356
26	Responsabilidade do pregoeiro por erro em edital.....	356
27	A ausência de publicidade do edital	357
28	Alteração do edital	359
29	Impugnação ao edital – Licitante e não licitante	362
30	Autoridade responsável pela resposta à impugnação ao edital.....	363
31	A perda do direito de discutir o edital judicialmente em face da ausência de impugnação administrativa.....	363

CAPÍTULO 5

HABILITAÇÃO	367
-------------------	-----

DOCTRINA

1	Conceito de habilitação	367
---	-------------------------------	-----

2	Princípio da competitividade.....	367
3	Sistemática de habilitação da Lei nº 8.666/93: quais documentos devem ser exigidos?	369
4	Sistemática de habilitação na modalidade pregão	372
5	Habilitação jurídica	375
6	Regularidade fiscal e trabalhista	376
6.1	Desvio de finalidade em relação às exigências de regularidade fiscal e trabalhista.....	376
6.2	Regularidade e quitação.....	376
6.3	Documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista	377
6.4	Sede ou domicílio do licitante	377
6.5	Pertinência das certidões de regularidade fiscal com o objeto da licitação	378
6.6	Certidões obtidas pela internet	379
6.7	Certidão de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal	380
6.8	A certidão negativa de débitos trabalhistas.....	380
6.9	A comprovação da regularidade fiscal pelas microempresas e empresas de pequeno porte.....	381
7	Qualificação técnica	385
7.1	Considerações gerais	385
7.2	Inscrição na entidade profissional competente.....	386
7.3	Comprovação de recebimento de todos os documentos e informações relativas à licitação e atestado de vistoria.....	389
7.4	Comprovação de disponibilidade de equipamentos, maquinários e instalações adequadas para a execução do contrato	390
7.5	Atestados de capacitação técnica	393
7.5.1	Atestados de capacitação técnica operacional e profissional.....	393
7.5.2	Comprovação da capacitação técnica operacional e profissional em obra e serviço de engenharia.....	394
7.5.3	Desnecessidade de que o profissional a que faz referência o atestado de capacidade técnica profissional faça parte do quadro permanente do licitante.....	395
7.5.4	Substituição do profissional referido no atestado de capacitação técnica	398
7.5.5	Exigência de quantitativos mínimos	399
7.5.6	Somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.....	404
7.5.7	Os atestados de capacitação técnica somente podem referir-se a parcelas significantes e relevantes do objeto do contrato	405
7.5.8	Exigência de atestados com limitações de tempo e de localidades	406
7.6	Metodologia de execução.....	407
7.7	Outras exigências previstas em lei.....	408
8	Qualificação econômico-financeira.....	408
8.1	Considerações gerais	408
8.2	Balanco patrimonial.....	409
8.2.1	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial	409
8.2.2	Índices contábeis	411
8.2.3	Possibilidade de apresentação de balanço intermediário	412
8.3	Certidão negativa de falência, de concordata e de execução patrimonial	414
8.4	Garantia	415
8.5	Capital social e patrimônio líquido mínimo	416
8.6	Relação de compromissos	417
9	Cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.....	417
10	Habilitação de empresas em consórcio.....	419
10.1	Discrecionariiedade para permitir a participação de empresas em consórcio	419
10.2	Limitação da quantidade de integrantes do consórcio e do percentual de participação das empresas consorciadas	420

10.3	A constituição do consórcio e regras internas de funcionamento.....	420
10.3.1	Responsabilidade solidária.....	421
10.3.2	Liderança.....	421
10.4	A qualificação técnica do consórcio.....	422
10.5	Qualificação econômico-financeira do consórcio.....	423
10.6	A utilização pelas empresas consorciadas dos atestados emitidos em nome do consórcio.....	425
11	Questões procedimentais relacionadas à habilitação.....	426
11.1	O procedimento para a habilitação na Lei nº 8.666/93.....	426
11.2	O procedimento para a habilitação no pregão presencial.....	427
11.3	Procedimento para a habilitação no pregão eletrônico.....	428
11.4	Procedimento para a habilitação no pregão em que participa microempresa ou empresa de pequeno porte.....	430
11.5	Procedimento para habilitação em licitação de publicidade e sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.....	430

JURISPRUDÊNCIA

1	Dispensa dos documentos previstos entre os artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.....	432
2	Exigência de documentos não previstos nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.....	432
3	Índices contábeis.....	433
4	Apresentação incompleta do contrato social e respectivas alterações.....	434
5	Compatibilidade do objeto da licitação com o objeto constante do contrato social.....	434
6	Regularidade fiscal.....	435
7	Comprovação da regularidade fiscal por microempresas e empresas de pequeno porte.....	435
8	Inscrição na entidade profissional competente.....	436
9	Filiação a sindicato ou associação.....	437
10	Atestado de visita.....	437
11	Exigência de que a visita técnica seja realizada por profissional qualificado ou pelo responsável técnico da empresa.....	438
12	Data certa e prazo exíguo para a visita técnica.....	439
13	Exigência de propriedade de equipamentos e máquinas.....	440
14	Documento para a comprovação da disponibilidade.....	442
15	Exigência de usina de asfalto localizada a determinada distância da obra.....	443
16	Atestado de capacidade técnica operacional e profissional.....	444
17	Registro dos atestados na entidade profissional competente.....	446
18	A utilização de atestados emitidos em nome de empresas de um mesmo grupo econômico.....	447
19	Quadro permanente.....	448
20	Exigência de quantitativos mínimos para os atestados de capacidade técnica profissionais e operacionais.....	449
21	Somatória de quantitativos havidos em mais de um atestado.....	451
22	Parcela de maior relevância e de valor significativo.....	453
23	Exigência de atestado de capacidade técnica com restrição de tempo ou de localidade.....	454
24	Exigibilidade do balanço patrimonial.....	455
25	Formalidades para a apresentação do balanço patrimonial.....	456
26	Apresentação de balanço patrimonial por microempresas, empresas de pequeno porte e pequenos empresários.....	457
27	Empresas constituídas no exercício.....	458
28	Certidão negativa de recuperação judicial.....	459

29	Exigência concomitante de garantia, capital social mínimo e patrimônio líquido mínimo.....	459
30	Capital social integralizado	461
31	Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da CF (trabalho de menores)	462
32	Declaração de cumprimento dos requisitos para habilitação.....	462
33	Possibilidade de participação de licitantes em consórcio.....	462
34	Número máximo de integrantes do consórcio.....	464
35	Estipulação de percentual mínimo de participação no consórcio.....	466
36	As exigências de qualificação técnica e econômico-financeira do consórcio.....	467
37	Responsabilidade solidária dos consorciados.....	469
38	A função da empresa líder do consórcio	471
39	A falência de um dos consorciados	471
40	A utilização de atestados relativos a atividades exercidas em consórcio	472

CAPÍTULO 6

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.....	475
-------------------------------	-----

DOCTRINA

1	Princípio do julgamento objetivo.....	475
2	Fase de julgamento das propostas nas modalidades tradicionais da Lei nº 8.666/93 e na modalidade pregão.....	475
3	Análise de aceitabilidade das propostas.....	476
3.1	Considerações gerais	476
3.2	Análise da aceitabilidade das propostas em relação ao objeto e às formalidades.....	477
3.2.1	Amostras dos produtos dos licitantes.....	477
3.2.2	Amostras na modalidade pregão.....	478
3.2.3	Momento devido para exigir as amostras nas modalidades da Lei nº 8.666/93	480
3.2.4	Momento devido para exigir as amostras na modalidade pregão	480
3.3	Análise da aceitabilidade das propostas em relação ao preço	482
3.3.1	Desclassificação de propostas de valores excessivos	483
3.3.2	Negociação na modalidade pregão	484
3.3.3	Desclassificação de propostas inexequíveis	485
3.3.3.1	A importância de análise rigorosa da (in)exequibilidade das propostas.....	485
3.3.3.2	Dificuldades em desclassificar proposta inexequível na modalidade pregão	486
3.3.3.3	Crterios e procedimentos para a desclassificação de propostas inexequíveis	487
3.3.3.4	Desclassificação de proposta inexequível em licitação destinada à obra e serviço de engenharia julgada pelo menor preço.....	489
3.3.3.5	O cálculo prescrito no §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 não se aplica à modalidade pregão.....	491
3.3.3.6	O cálculo prescrito no §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 pode ser utilizado como subsídio para identificar proposta inexequível em licitações que não tenham por objeto obra e serviço de engenharia	493
3.3.3.7	Desclassificação de proposta em razão da inexequibilidade ou da excessividade de preço unitário	494
3.4	Consequências da desclassificação da proposta.....	498
3.4.1	Consequência da desclassificação de todas as propostas.....	498
4	Tipos de licitação.....	500
4.1	Considerações gerais	500
4.2	Tipo menor preço	500
4.3	Maior lance ou oferta.....	501
4.4	Melhor técnica	501
4.5	Técnica e preço.....	503

4.6	Critérios para o estabelecimento das notas técnicas.....	504
4.7	Cabimento dos tipos de licitação	505
4.7.1	Serviços de natureza predominantemente intelectual.....	505
4.7.2	Bens e serviços de informática	506
4.7.3	Contratos de grande vulto dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito.....	510
4.7.4	Critério de julgamento na modalidade pregão.....	512
4.7.4.1	Pregão julgado pelo maior lance ou oferta. Pregão negativo	512
5	Especificidades do julgamento na modalidade pregão.....	513
6	Direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte em licitação pública.....	516
6.1	O direito de preferência não se aplica em relação às licitações do tipo melhor técnica	517
6.2	Procedimento para o direito de preferência nas licitações do tipo menor preço promovidas de acordo com a Lei nº 8.666/93.....	518
6.3	Procedimento para o direito de preferência nas licitações do tipo técnica e preço promovidas de acordo com a Lei nº 8.666/93.....	519
6.4	Procedimento para o direito de preferência em pregão.....	520
7	Aplicação da margem de preferência.....	521
8	Direito de preferência em licitações de bens e serviços de informática	523
9	Julgamento de licitações públicas de publicidade	529
10	Desempate.....	534

JURISPRUDÊNCIA

1	Análise da aceitabilidade das propostas em pregão.....	536
2	Aceitabilidade de propostas	537
3	Momento para exigir a apresentação de amostras.....	538
4	Requisitos para a exigência de amostras	539
5	Preço excessivo, preço superfaturado e sobrepreço.....	540
6	Proposta inexequível	541
7	A proposta inexequível não pode ser presumida.....	542
8	O cálculo do §1º do art. 48 gera presunção relativa	542
9	Possibilidade de utilização do cálculo previsto no §1º do art. 48 da Lei nº 8.666/93 para licitações cujos objetos não sejam qualificados como obras ou serviços de engenharia	544
10	Correção das propostas – §3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93	544
11	Análise da aceitabilidade da proposta diante de preço unitário e global.....	545
12	Cabimento dos tipos melhor técnica ou técnica e preço em relação a bens e serviços de informática.....	546
13	Cabimento dos tipos melhor técnica ou técnica e preço em relação a serviços de natureza predominantemente intelectual.....	547
14	Cabimento do tipo técnica e preço em contratações de grande vulto.....	549
15	Princípio do julgamento objetivo e o julgamento das propostas técnicas	549
16	Pontuação técnica baseada no faturamento das licitantes	552
17	Nota técnica.....	553
18	Ponderação da proposta técnica e de preço	554
20	Pontuação técnica pelo tempo de existência na prestação de serviços na área de informática não é legítima	555
21	Obrigatoriedade de motivar as notas técnicas.....	555
22	Pontuação técnica com base em Certificado ISO 9000 e outros correlatos	555
23	Valorização da experiência na área específica objeto da licitação.....	557
24	Não se pode atribuir maior pontuação para comprovação de serviços prestados de forma ininterrupta	557

25	Os lances não devem ser necessariamente decrescentes.....	558
26	Quem participa da etapa de lances.....	559
27	Dúvidas sobre a qualificação de microempresa e empresa de pequeno porte	561
28	Direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte e para os fornecedores de bens e serviços com tecnologia nacional.....	562
29	Privilégios das microempresas e empresas de pequeno porte não dependem de previsão em edital.....	562
30	Critérios de desempate.....	562

CAPÍTULO 7

ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DESTACADOS.....	565
---	-----

DOCTRINA

1	Considerações gerais	565
2	Síntese comparativa entre o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e o procedimento da modalidade pregão	565
3	Recursos administrativos	569
3.1	Recursos administrativos na Lei nº 8.666/93	569
3.2	Recursos na modalidade pregão.....	570
3.3	Síntese comparativa entre a sistemática recursal das leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02.....	573
4	Adjudicação e homologação.....	573
4.1	Ordem entre adjudicação e homologação	573
4.2	O que são a adjudicação e a homologação	575
4.3	A anulação ou revogação promovida pela autoridade competente na fase de homologação implica dever de indenização.....	576

JURISPRUDÊNCIA

1	Comunicação aos licitantes dos atos da comissão de licitação ou do pregoeiro	577
2	Juízo de admissibilidade recursal.....	578
3	Encaminhamento do recurso à autoridade competente no caso de retratação da Comissão de Licitação ou do pregoeiro	579
4	Efeitos da ausência de manifestação de interesse de recorrer em pregão	579
5	Os motivos apresentados na sessão do pregão para o recurso vinculam.....	581
6	Momento da interposição de recurso em pregão	582
7	Revogação da licitação pública	582
8	Pleito de indenização em razão da revogação ou da anulação da licitação pública.....	585
9	O contraditório e a ampla defesa para o desfazimento da licitação pública.....	586
10	A ordem entre a adjudicação e a homologação	588
11	Autoridade administrativa responsável pela adjudicação e homologação.....	589

CAPÍTULO 8

REGISTRO DE PREÇOS.....	593
-------------------------	-----

DOCTRINA

1	Considerações gerais	593
2	A Administração não é obrigada a firmar os contratos decorrentes da ata de registro de preços	595
3	Legislação sobre registro de preços.....	598
4	Cabimento do registro de preços.....	600
5	Licitação para promover registro de preços.....	603
5.1	Desnecessidade de reserva orçamentária para lançar licitação de registro de preços	605

6	Ata de registro de preços	607
7	Aprovação da ata de registro de preços pela assessoria jurídica	609
8	Assinatura da ata concomitantemente por mais de um fornecedor.....	609
9	Publicação do extrato da ata de registro de preços na imprensa oficial	611
10	Prazo de vigência e prorrogação da ata de registro de preços.....	612
11	Alteração da ata de registro de preços.....	612
12	Revisão dos preços registrados em ata	614
13	Reajuste e repactuação dos preços registrados em ata	618
14	Cancelamento dos preços registrados.....	620
15	Adesão à ata de registro de preços	621
16	Procedimento para adesão à ata de registro de preços	625
17	Adesão à ata de registro de preços de entidades de esferas federativas distintas	631
17.1	Aditivos à ata de registro de preços aderida.....	633
18	Contrato decorrente de ata de registro de preços	634
19	Duração dos contratos de prestação de serviços contínuos decorrentes de ata de registro de preços.....	635
20	Registro de preços compartilhado entre mais de um órgão ou entidade administrativa.....	636

JURISPRUDÊNCIA

1	Previsão de quantitativos no edital	638
2	Decreto regulamentar	639
3	Abrangência do registro de preços – Engenharia.....	640
4	A prorrogação da ata de registro de preços	642
5	Prorrogação do contrato decorrente da ata de registro de preços	643
6	Acréscimos à ata de registro de preços	644
7	Revisão da ata de registro de preços	644
8	Adesão à ata de registro de preços (carona).....	645
9	Formalidades para a adesão à ata de registro de preços.....	652
10	Adesão à ata de registro de preços entre órgão de entes federativos diferentes	653

CAPÍTULO 9

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	655
--	-----

DOCTRINA

1	Incidência do RDC	655
2	A utilização do RDC é discricionária e ele convive em paralelo ao regime tradicional baseado na Lei nº 8.666/93	657
3	Regimes de execução indireta	658
4	Contratação integrada	658
4.1	Considerações preliminares e argumento crítico	658
4.2	Requisitos para a utilização da contratação integrada	660
4.2.1	Anteprojeto	661
4.2.2	Orçamento sintético ou com metodologia expedita ou paramétrica.....	663
4.2.3	A utilização do critério de julgamento do tipo técnica e preço	664
5	Termo aditivo em contratação integrada	665
6	Orçamento	667
7	Sigilo do orçamento	667
8	Aquisição de bens – Preocupações com a qualidade.....	668
9	Remuneração variável	671
10	Contratação simultânea.....	672
11	O RDC é uma nova modalidade de licitação – A semelhança com o pregão.....	673
12	Inversão das fases tal qual tradicionalmente dispostas na Lei nº 8.666/93.....	673

13	Publicidade do edital e impugnações	674
14	Critérios de julgamento.....	675
14.1	Menor preço.....	675
14.1.1	Custos indiretos.....	676
14.2	Julgamento por técnica e preço.....	678
14.3	Melhor técnica ou melhor conteúdo artístico	679
14.4	Contratos de eficiência e julgamento pelo maior retorno econômico	680
15	Modo de disputa fechado e aberto	680
16	Análise da aceitabilidade das propostas.....	681
17	Desempate.....	686
18	Negociação	687
19	Habilitação	687
20	Recurso	689
21	Encerramento da licitação.....	692
22	Dos procedimentos auxiliares das licitações no âmbito do regime diferenciado.....	693
23	Impedimentos para participar da licitação.....	695
JURISPRUDÊNCIA.....		698

PARTE II CONTRATO ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO 10		
O PERFIL JURÍDICO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....		705

DOCTRINA

1	Conceito de contrato administrativo.....	705
2	A verdadeira dimensão das prerrogativas protetoras do interesse público.....	709
3	Contratos regidos predominantemente por normas de direito privado	712

JURISPRUDÊNCIA

1	Contratos firmados pela Administração Pública e regidos predominantemente por normas de direito privado	714
2	Possibilidade de arbitragem em contratos administrativos.....	715

CAPÍTULO 11

CONTEÚDO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO		717
---	--	-----

DOCTRINA

1	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	717
2	Contratação em condições diversas das previstas no instrumento convocatório	718
3	Elementos que admitem contratação em condições diversas das obtidas na licitação	720
4	Contradição involuntária entre o instrumento convocatório e o contrato	721
5	Cláusulas contratuais necessárias.....	722
6	O conteúdo dos contratos administrativos nas situações em que a Lei nº 8.666/93 dispensa o termo de contrato	724
7	Garantia contratual.....	726
7.1	Espécies de garantia.....	726
7.2	Garantia contratual básica	726
7.2.1	Da conveniência em exigir garantia contratual básica	726
7.2.2	Das modalidades de garantia contratual básica	728
7.2.3	Limite à garantia contratual básica.....	728

7.2.4	O valor da garantia nas hipóteses em que o contratado é depositário de bens da Administração	729
7.2.5	Restituição da garantia contratual básica	730
7.3	Garantia adicional	730
7.3.1	Considerações gerais	730
7.3.2	O valor da garantia adicional	731
7.3.3	Inconstitucionalidade da garantia adicional	732

JURISPRUDÊNCIA

1	Contratação em condições diversas das previstas no edital	734
2	Garantia contratual	734
3	Modalidades de garantia	735
4	Garantia adicional	736

CAPÍTULO 12

FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	741
--	-----

DOCTRINA

1	A decisão de formalizar o contrato	741
2	A convocação para contratar e os efeitos da recusa do adjudicatário	743
3	A lavra do contrato	746
4	Contrato escrito e contrato verbal	747
5	Instrumento de contrato e outros instrumentos congêneres	748
6	Publicidade do extrato do contrato como requisito de vigência	749
7	Prazo para a publicidade do extrato do contrato	750
8	Efeito da não publicação do extrato de contrato no prazo determinado pela lei	751
9	A obrigatoriedade da publicação do extrato do contrato mesmo nas situações em que não há instrumento de contrato	752
10	Casos em que não é obrigatório publicar o extrato do contrato	754

JURISPRUDÊNCIA

1	Os direitos do vencedor da licitação pública	756
2	Recusa do vencedor da licitação pública em assinar o contrato	757
3	Convocação dos demais licitantes na ordem de classificação	758
4	Contrato administrativo verbal	759
5	Substituição do instrumento de contrato por outros equivalentes	760
6	Ausência de publicação do extrato do contrato	762

CAPÍTULO 13

DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	763
---	-----

DOCTRINA

1	Validade, vigência e eficácia dos contratos administrativos	763
2	Prazo de vigência e prazo de execução	764
3	Contrato por prazo certo e contrato por escopo	765
4	A regra sobre a duração dos contratos administrativos – Vigência do crédito orçamentário	765
4.1	O prazo de duração referido no <i>caput</i> do art. 57 da Lei nº 8.666/93 deve ser interpretado como prazo de execução	767
5	Primeira exceção: contratos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no plano plurianual	768
6	Segunda exceção: contratos de prestação de serviços contínuos	769
6.1	Conceito de serviços contínuos	769
6.2	Prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos	769

6.3	A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos somente se justifica sob condições vantajosas para o interesse público	773
6.4	A prorrogação é ato discricionário e bilateral	774
6.5	A prorrogação dos contratos de prestação de serviços contínuos não precisa estar prevista no edital e/ou contrato	774
7	Terceira exceção: aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática	775
8	Quarta exceção: hipóteses de dispensa de licitação pública previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24 da Lei nº 8.666/93	776
9	Prorrogação de contratos em vista de fatos ocorridos independentemente da vontade ou da culpa do contratado	776
10	Formalização da prorrogação	777
11	Assinatura de termo aditivo de prorrogação após o término do prazo de vigência	778
12	Proibição de contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado	780
13	Duração dos contratos regidos predominantemente pelo direito privado	781

JURISPRUDÊNCIA

1	Prazo de execução e prazo de vigência	783
2	Contrato <i>por escopo</i> e contrato <i>por prazo</i>	784
3	Limites à duração dos contratos administrativos	785
4	Contratos de prestação de serviços contínuos	787
5	Ausência de previsão no edital e no contrato acerca da prorrogação	791
6	A prorrogação é ato bilateral	793
7	A comprovação da vantajosidade	794
8	Prorrogação do prazo de execução	794
9	Formalização da prorrogação posteriormente ao término da vigência	795
10	Não publicação do termo aditivo na imprensa oficial	796
11	Prorrogação do contrato e limite de valor da modalidade de licitação pública utilizada	797
12	Alteração e prorrogação de contrato de supervisão de obras	798

CAPÍTULO 14

EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	801
---	-----

DOCTRINA

1	Considerações gerais	801
2	O dever da administração de acompanhar e fiscalizar a execução dos seus contratos	802
3	O fiscal do contrato administrativo	803
4	Atuação do fiscal	803
5	Contratação de terceiro para auxiliar o fiscal do contrato	805
6	Desvio de função em relação à fiscalização dos contratos administrativos	806
7	O preposto do contratado	807
8	Subcontratação e cessão do objeto	808
8.1	A subcontratação e a cessão não devem abranger as parcelas de maior relevância e de valor significativo do contrato	810
8.2	Subcontratação compulsória de microempresa e empresa de pequeno porte	812
9	Recebimento	816
9.1	Procedimento para o recebimento provisório e definitivo	817
10	Pagamento	818
11	O desencontro do legislador no que tange às normas para o recebimento do objeto e para o pagamento	820

12	A situação de irregularidade fiscal ou previdenciária não autoriza a retenção do pagamento devido pelos serviços executados	821
13	O pagamento não é devido se o contratado descumpre suas obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados que ficam dedicados exclusivamente à Administração	824
14	Execução de contrato nulo e o dever da administração de pagar.....	827
15	Da ausência de instrumentos efetivos para que os contratados exijam que a administração realize os pagamentos devidos	830
16	Os pagamentos devem ser realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas	831
17	O direito subjetivo dos contratos de exigir que os pagamentos sejam realizados de acordo com a ordem cronológica de exigibilidade das faturas.....	833

JURISPRUDÊNCIA

1	Fiscal do contrato	837
2	Responsabilidade do fiscal do contrato quando empresa é contratada para atuar na fiscalização	839
3	A responsabilização da Administração pelos encargos trabalhistas e previdenciários devidos pelo contratado	840
4	Ausência de designação do fiscal	843
5	Subcontratação	844
6	Recebimento provisório e definitivo	847
7	Prazo para a Administração realizar o pagamento ao contratado.....	847
8	Inadimplemento da Administração.....	848
9	Pagamento de acordo com a ordem cronológica de apresentação das faturas.....	850
10	Retenção de pagamento	852
11	Pagamento por préstimos decorrentes de contrato ilegal.....	855

CAPÍTULO 15

ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	859
--	-----

DOCTRINA

1	Considerações gerais – Alteração contratual unilateral como expressão da supremacia do interesse público.....	859
2	Alteração contratual e moralidade administrativa	860
3	Alteração contratual é exceção	860
4	Alterações contratuais provocadas por fatos novos e imprevisíveis e para corrigir defeitos do projeto básico ou documento equivalente	861
5	Princípio da identidade do objeto.....	862
6	Alterações quantitativas e qualitativas	862
7	Limites às alterações unilaterais quantitativas	866
8	Limites às alterações consensuais quantitativas.....	867
9	Limites às alterações qualitativas.....	868
10	Proibição de compensação entre acréscimos e supressões	874
11	Alterações contratuais provocadas por equivocado dimensionamento de quantitativos em regime de empreitada por preço global	876
12	As prescrições da Lei nº 12.708/12 – Lei de Diretrizes Orçamentárias da União Federal para o exercício de 2013	880
13	Manutenção do desconto sobre o preço total obtido em comparação com as tabelas SINAPI e SICRO.....	883
14	Limites às alterações contratuais em contratos cujos quantitativos e os valores são meramente estimados.....	884
15	Parâmetros para aferir os limites às alterações em contratos de prestação de serviços contínuos.....	886

16	Os limites às alterações devem ser calculados de acordo com o parâmetro de julgamento.....	887
17	Alteração contratual que excede o valor limite da respectiva modalidade de licitação pública.....	888
18	Alteração contratual e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato	890
19	Indenização em caso de supressão do objeto.....	891
20	Formalização da alteração contratual	892
21	Antecipação dos efeitos da alteração contratual	893
21.1	Considerações introdutórias.....	893
21.2	Antecipação dos efeitos da alteração contratual	894
21.3	Formalização da antecipação dos efeitos da alteração contratual	900
21.4	A antecipação dos efeitos da alteração contratual e os direitos patrimoniais do contratado.....	901

JURISPRUDÊNCIA

1	A alteração contratual não pode afetar a identidade do objeto.....	904
2	Limites para as alterações qualitativas.....	904
3	Base de cálculo para os limites de alteração contratual.....	908
4	Compensação entre supressão e acréscimo.....	909
5	Cálculo dos limites às alterações quando os quantitativos contratados são estimados.....	911
6	Alteração contratual por equívoco na definição dos quantitativos em empreitada por preço global.....	912
7	Limites às alterações em contratos de prestação de serviços contínuos	914
8	Jogo de planilhas	915
9	Alteração contratual que ultrapassa o limite da modalidade de licitação utilizada.....	917

CAPÍTULO 16

EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	919
--	-----

DOCTRINA

1	Considerações gerais	919
1.1	Direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	919
1.2	Previsão constitucional do direito ao equilíbrio econômico-financeiro.....	920
1.3	O direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de todas as partes contratantes	920
1.4	Instrumentos para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	921
2	Reajuste.....	921
2.1	Conceito de reajuste.....	921
2.2	A Administração deve dispor de critério de reajuste no edital de licitação pública.....	922
2.3	Ausência de previsão de reajuste no edital e no contrato	922
2.4	Periodicidade mínima	926
2.5	Reajuste deve ser concedido de ofício.....	927
2.6	Pagamento do reajuste retroativo caso a administração o reconheça posteriormente.....	928
2.7	Reajuste anterior à assinatura do contrato	929
2.8	Forma de reajustamento.....	931
3	Revisão.....	931
3.1	Conceito de revisão.....	931
3.2	Revisão não depende de autorização em edital ou em contrato.....	932
3.3	Não há periodicidade mínima para a revisão.....	932

3.4	Pressupostos para a revisão do contrato	932
3.4.1	Considerações gerais	932
3.4.2	Majoração dos encargos do contratado em decorrência de ato ou fato da Administração contratante	933
3.4.3	Teoria da imprevisão	934
3.4.3.1	Fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, caso fortuito, força maior e fato do príncipe	935
3.4.3.2	Álea econômica extraordinária e extracontratual	936
3.5	Efeitos do reconhecimento do direito à revisão e possibilidade de concessão de ofício	937
3.6	Revisão anterior à assinatura do contrato	939
3.7	Procedimento para a revisão	940
3.8	A apuração do novo preço do contrato decorrente da revisão	941
4	Repactuação	941
4.1	Conceito de repactuação	941
4.2	A peculiaridade dos contratos administrativos de terceirização de serviços no que tange à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	942
4.3	Repactuação como instrumento para viabilizar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de terceirização de serviços	944
4.4	A repactuação como espécie de reajuste	946
4.5	Pessoas que se sujeitam ao Decreto Federal nº 2.271/97 e à Instrução Normativa nº 2/08	947
4.6	Demonstração analítica de aumento dos custos	948
4.7	Repactuação em relação aos custos decorrentes da mão de obra e dos demais insumos	949
4.8	Repactuação em contratos de prestação de serviços que envolvem mais de uma categoria profissional	950
5	O fim da vigência contratual ou a celebração do termo aditivo de prorrogação não importam preclusão do direito à repactuação, ao reajuste ou à revisão	952

JURISPRUDÊNCIA

1	Ausência de previsão em edital ou em contrato de reajuste	956
2	Discricionariedade para eleger o índice ou critério para o reajuste	957
3	Periodicidade mínima para o reajuste	958
4	Reajuste devido antes da assinatura do contrato	961
5	Inaplicabilidade dos limites previstos no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 aos reajustes	961
6	Fato imprevisível ou previsível com consequências incalculáveis	961
7	Periodicidade para a revisão contratual	963
8	Álea econômica extraordinária	964
9	Momento a partir do qual é devido o pagamento da revisão	965
10	Repactuação	965
11	Quais entidades estão sujeitas à IN 02 - MPOG?	968

CAPÍTULO 17

RESCISÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	969
--	-----

DOCTRINA

1	Extinção do contrato administrativo	969
2	Espécies de rescisão de contrato administrativo	969
3	Hipóteses de rescisão administrativa	971
3.1	Descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais	971
3.2	Lentidão na execução do contrato ou no início de sua execução	971

3.3	Paralisação da execução do contrato	972
3.4	Violação ao caráter personalíssimo do contrato	972
3.5	Faltas reiteradas e desatendimento de determinações da Administração.....	975
3.6	Falência e insolvência civil.....	975
3.7	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado	977
3.8	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada.....	977
3.9	Interesse público.....	977
3.10	Caso fortuito e força maior	978
3.11	Descumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.....	979
4	Processo para a rescisão administrativa	979
5	Efeitos da rescisão administrativa	981
6	Hipóteses de rescisão judicial.....	982
6.1	Supressão unilateral acima do limite legal.....	982
6.2	Suspensão da execução por prazo superior a 120 dias.....	983
6.3	Exceção do contrato não cumprido	984
6.4	Não liberação pela Administração de condições a cargo dela para a execução do contrato	985
7	Efeitos da rescisão judicial	986

JURISPRUDÊNCIA

1	Rescisão em razão do descumprimento do contrato	987
2	Rescisão em razão de paralisação da obra.....	989
3	Rescisão em razão do atraso no cronograma	989
4	Rescisão em razão de subcontratação ou cessão	991
5	Rescisão em decorrência de fusão, cisão ou incorporação.....	992
6	Rescisão em razão de interesse público	993
7	Rescisão em razão da suspensão da execução do contrato por ordem da Administração	995
8	Rescisão provocada pelo inadimplemento da Administração	996
9	Rescisão decorrente da não liberação de área ou de licenças ambientais.....	997
10	Indenização devida ao contratado.....	998

CAPÍTULO 18

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATO

ADMINISTRATIVO.....	1001
---------------------	------

DOCTRINA

1	Considerações gerais	1001
2	Princípio da atipicidade	1001
3	A sistemática de sanção administrativa da Lei nº 8.666/93	1007
3.1	Advertência.....	1007
3.2	Multa.....	1008
3.2.1	Multa moratória e compensatória	1008
3.2.2	Limites e parâmetros para a fixação das multas.....	1009
3.2.3	Execução das multas.....	1010
3.2.4	Parcelamento dos valores devidos a título de multa	1011
3.3	Suspensão temporária e declaração de inidoneidade.....	1011
3.3.1	A distinção entre as expressões <i>Administração</i> e <i>Administração Pública</i> e as repercussões em relação à distinção entre as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade	1012
3.3.2	A extensão das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade	1014
3.3.3	A suspensão temporária como medida cautelar à declaração de inidoneidade.....	1014

3.3.4	Procedimento para a aplicação da sanção de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade.....	1017
3.3.5	A limitação dos efeitos da declaração de inidoneidade ao âmbito do ente federativo e do Poder responsável pela sua aplicação.....	1017
4	A sistemática de sanção administrativa do pregão.....	1019
4.1	A não aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 em relação às sanções administrativas decorrentes de licitações promovidas por meio da modalidade pregão e dos contratos decorrentes.....	1019
4.2	Os limites de incidência das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.....	1021
4.3	A desproporcionalidade da incidência da penalidade prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02 em relação aos licitantes que deixaram de apresentar documento por mero equívoco.....	1021
5	Devido processo legal.....	1023
5.1	Processo administrativo, contraditório e ampla defesa.....	1023
5.2	Princípio da proporcionalidade.....	1024
5.3	Desconsideração da personalidade jurídica.....	1026
5.4	Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente.....	1028
5.5	O dever de aplicar as sanções administrativas.....	1030

JURISPRUDÊNCIA

1	Atipicidade.....	1031
2	Limites às multas.....	1032
3	Multa moratória e compensatória.....	1034
4	Imposição de multa à Administração Pública.....	1034
5	Extensão dos efeitos das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade.....	1035
6	Efeitos da suspensão temporária e da declaração de inidoneidade.....	1037
7	Sanção administrativa na modalidade pregão.....	1038
8	Desconsideração da personalidade jurídica do contratado.....	1039
9	Princípio da proporcionalidade na aplicação de sanções administrativas.....	1041
10	Discrecionabilidade para a aplicação de sanção administrativa.....	1042

ÍNDICE DE ASSUNTO.....	1043
------------------------	------

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO.....	1055
---------------------------	------

ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	1061
------------------------	------